



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

PROVIMENTO Nº 0185/2014

Dispõe sobre o pagamento do auxílio moradia aos membros do Ministério Público do Estado do Ceará.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições legais, conferidas pelo art. 127, § 2º, da Constituição Federal c/c o art.10, inciso V, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e art. 183, VI da Lei Complementar Estadual nº 72/2008 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará, alterado pela Lei Complementar Estadual nº 115/2012.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura ao Ministério Público autonomia funcional e administrativa, permitindo-lhe praticar atos próprios de gestão, incluindo a expedição de provimento para disciplinar as atividades administrativas do órgão;

CONSIDERANDO a constitucionalidade da concessão de parcelas de caráter indenizatório aos membros do Ministério Público, como é o caso do auxílio moradia;

CONSIDERANDO a existência de previsão legal para o benefício, consoante artigo 183, VI do Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará (Lei Complementar nº 72/2008), com a redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 115/2012.

CONSIDERANDO a tutela antecipada concedida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux nos autos da Ação Originária nº 1.773/DF, bem como a extensão dada nas Ações Originárias 1946 e 2511, reconhecendo a todos os membros do Poder Judiciário o direito de receber o auxílio-moradia, como parcela de caráter indenizatório prevista no art. 65, inciso II, da LC nº 35/79, vedando-se o pagamento apenas se, na localidade em que atua o magistrado, houver residência oficial à sua disposição, tendo como limite os valores pagos pelo STF a título de auxílio-moradia a seus magistrados;

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)

EXTRATO



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO**

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 117/2014, do Conselho Nacional do Ministério Público que regulamentou a concessão do auxílio moradia aos membros do Ministério Público;

CONSIDERANDO a simetria existente entre as carreiras da Magistratura e do Ministério Público, que são estruturadas com um eminente nexo nacional, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO ser aplicável a todo Ministério Público o disposto no artigo 50, inciso II, da Lei n.º 8625/93, pelos mesmos fundamentos contidos na tutela antecipada que determinou a aplicação do artigo 65, inciso II da Lei Orgânica da Magistratura a todo Poder Judiciário.

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º. O auxílio moradia será devido aos membros do Ministério Público em atividade, desde que a comarca de sua lotação ou de sua efetiva residência seja desprovida de residência oficial.

§ 1º. Residência oficial, para os efeitos deste artigo, são todos os prédios próprios da Instituição e aqueles cedidos por Prefeituras Municipais e outros órgãos públicos, mediante convênio ou termo de cessão, para residência na comarca do membro do Ministério Público.

§ 2º. Em comarcas onde o número de membros do Ministério Público for maior do que a quantidade de residência(s) oficial(is), o auxílio moradia será devido àqueles que não fizerem uso desta(s).

Art. 2º. O valor mensal do auxílio moradia não poderá exceder o fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal – STF, atualmente em R\$ 4.377,73 (quatro mil trezentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos).

§ 1º. O valor do auxílio moradia devido aos membros do Ministério Público do Estado do Ceará não será inferior àquele pago aos membros do Poder Judiciário do Estado do Ceará.



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

§ 2º. No âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará, cada membro perceberá, a título de auxílio moradia, o limite máximo previsto no caput deste artigo, desde que atenda aos requisitos exigidos neste Provimento.

§ 3º. O auxílio moradia será creditado em pecúnia e terá caráter indenizatório.

§ 4º. A vantagem de que trata este Provimento não se incorpora ao subsídio, para quaisquer efeitos, e sobre esta não incide imposto de renda nem contribuição previdenciária.

§ 5º. O auxílio moradia também não se incorpora aos proventos de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 3º. O auxílio moradia não será devido ao membro do Ministério Público, e de igual modo o seu pagamento cessará, quando:

- I. estiver aposentado ou em disponibilidade decorrente de sanção disciplinar;
- II. estiver afastado ou licenciado, sem percepção de subsídio;
- III. seu cônjuge ou companheiro ocupar imóvel funcional ou perceber auxílio-moradia na mesma localidade.

Parágrafo único. O membro cedido para exercício de cargo ou função em órgão da Administração Pública, ou licenciado para exercício de mandato eletivo, quando optante pela remuneração do cargo de origem, na forma da lei, poderá perceber ajuda de custo para moradia, desde que comprove a inoccorrência de duplo pagamento.

Art. 4º. Ao membro do Ministério Público interessado na percepção do auxílio moradia, caberá requerê-lo ao Procurador-Geral de Justiça, devendo obrigatoriamente informar:

- I. a localidade de residência;
- II. a declaração de não incorrer em nenhuma das vedações previstas nos artigos 1º e 3º deste Provimento;

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)